



PCDF

*Gestor de Apoio às Atividades Policiais Civis – Especialidade:
Assistente Social*

LÍNGUA PORTUGUESA

Compreensão e interpretação de textos de gêneros variados.....	1
Reconhecimento de tipos e gêneros textuais.....	6
Domínio da ortografia oficial.....	23
Domínio dos mecanismos de coesão textual: Emprego de elementos de referência, substituição e repetição, de conectores e outros elementos de sequenciação textual..	24
Emprego de tempos e modos verbais.....	28
Domínio da estrutura morfosintática do período: Relações de coordenação entre orações e entre termos da oração; Relações de subordinação entre orações e entre termos da oração.....	33
Emprego das classes de palavras.....	38
Emprego dos sinais de pontuação.....	49
Concordância verbal e nominal.....	54
Regência verbal e nominal.....	56
Emprego do sinal indicativo de crase.....	58
Colocação dos pronomes átonos.....	60
Reescrita de frases e parágrafos do texto. Substituição de palavras ou de trechos de texto; Reorganização da estrutura de orações e de períodos do texto. Reescrita de textos de diferentes gêneros e níveis de formalidade.....	62
Significação das palavras.....	64
Questões.....	65
Gabarito.....	70

RACIOCÍNIO LÓGICO

Raciocínio lógico: Estruturas lógicas.....	1
Lógica de argumentação: analogias, inferências, deduções e conclusões.....	2
Lógica sentencial (ou proposicional): Proposições simples e compostas, Tabelas-verdade, Equivalências, Leis De Morgan.....	9
Diagramas lógicos.....	15
Lógica de primeira ordem.....	18
Princípios de contagem e probabilidade.....	23

SUMÁRIO



Operações com conjuntos.....	29
Raciocínio lógico envolvendo problemas aritméticos, geométricos e matriciais.....	36
Questões.....	39
Gabarito.....	43

LEGISLAÇÃO

Lei nº 8.112/1990 e suas alterações.....	1
Lei nº 4.878/1965 (Regime Jurídico dos Funcionários Policiais Civis da União e do DF).....	46
Lei Complementar nº 840/2011 (Regime Jurídico dos Servidores Públicos Civis do Distrito Federal, das Autarquias e das Fundações Públicas Distritais); Carreiras, regime e jornada de trabalho; Direitos; Deveres; Regime disciplinar.....	58
Decreto-Lei nº 2.266/1985 (criação da carreira PCDF, cargos, valores e vencimentos)	80
Lei nº 9.264/1996 (desmembramento e reorganização da PCDF, remuneração de seus cargos).....	81
Resolução nº 01, de 7 de março de 2023 (Regimento Interno da PCDF).....	84
Lei Orgânica do Distrito Federal: Capítulo V, Seção I - Da Polícia Civil.....	189
Lei nº 13.869/2019.....	190
Lei nº 8.429/1992.....	196
Lei nº 11.340/2006 (Lei Maria da Penha).....	211
Lei nº 14.344 de 2022 (Lei Henry Borel).....	222
Questões.....	232
Gabarito.....	237

CONHECIMENTOS ACERCA DO DISTRITO FEDERAL E DA POLÍTICA PARA MULHERES

Tópicos atuais e relevantes acerca da realidade étnica, social, histórica, geográfica, cultural, política e econômica do distrito federal e da região integrada de desenvolvimento do distrito federal e entorno (ride) (instituída pela lei complementar federal nº 94/1998 e regulamentada pelo decreto federal nº 7.469/2011).....	1
Plano distrital de política para mulheres.....	10
Questões.....	20
Gabarito.....	25

SUMÁRIO



CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

Ambiente de atuação do Assistente Social: Instrumental de pesquisa em processos de investigação social: elaboração de projetos e programas sociais, métodos e técnicas qualitativas e quantitativas	1
Propostas de intervenção na área social: planejamento participativo, planejamento e gestão de projetos sociais integrados, planos, programas, projetos e atividades de trabalho.....	11
Avaliação e gestão de programas e políticas sociais.....	20
Estratégias, instrumentos e técnicas de intervenção: sindicância, abordagem individual, técnica de entrevista, abordagem coletiva, trabalho com grupos, em redes, e com famílias, atuação na equipe interprofissional (relacionamento e competências); Diagnóstico	28
Intersetorialidade	37
Estratégias de trabalho institucional: Conceitos de instituição.....	44
Estrutura brasileira de recursos sociais.....	52
Uso de recursos institucionais e comunitários	60
Redação de correspondências oficiais: laudo e parecer (sociais e psicossociais), estudo de caso, informação e avaliação social.....	68
Políticas sociais: Relação Estado/Sociedade.....	77
Contexto atual e o neoliberalismo	84
Políticas de seguridade e previdência Social.....	92
Lei Orgânica da Assistência Social – LOAS (Lei nº 8.742/1993)	101
Política Nacional da Assistência Social – PNAS (2004).....	118
Norma Operacional Básica – NOB; Sistema Único da Assistência Social – SUAS (2005)	118
Política Nacional do Idoso (Lei nº 8.842/1994).	119
Estatuto da Pessoa Idosa (Lei nº 10.741/2003).....	123
Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA (Lei nº 8.069/1990).....	142
Lei Nacional da Pessoa com Deficiência (Lei nº 7.853/1989).....	208
Legislação de Serviço Social.....	213
Níveis, áreas e limites de atuação do profissional de serviço social.....	217
Ética profissional	223
Novas modalidades de família	230
Diagnóstico, abordagem sistêmica e estratégias de atendimento e acompanhamento	237
Alternativas para a resolução de conflitos: conciliação e mediação	245
Balanço social	252
SA 8.000 E ISO 14.000	260
Questões	262
Gabarito.....	266

SUMÁRIO



Definição Geral

Embora correlacionados, esses conceitos se distinguem, pois sempre que **compreendemos** adequadamente um texto e o objetivo de sua mensagem, chegamos à **interpretação**, que nada mais é do que as conclusões específicas. Exemplificando, sempre que nos é exigida a compreensão de uma questão em uma avaliação, a resposta será localizada no próprio no texto, posteriormente, ocorre a interpretação, que é a leitura e a conclusão fundamentada em nossos conhecimentos prévios.

Compreensão de Textos

Resumidamente, a compreensão textual consiste na análise do que está explícito no texto, ou seja, na identificação da mensagem. É assimilar (uma devida coisa) intelectualmente, fazendo uso da capacidade de entender, atinar, perceber, compreender. Compreender um texto é apreender de forma objetiva a mensagem transmitida por ele. Portanto, a compreensão textual envolve a decodificação da mensagem que é feita pelo leitor. Por exemplo, ao ouvirmos uma notícia, automaticamente compreendemos a mensagem transmitida por ela, assim como o seu propósito comunicativo, que é informar o ouvinte sobre um determinado evento.

Interpretação de Textos

É o entendimento relacionado ao conteúdo, ou melhor, os resultados aos quais chegamos por meio da associação das ideias e, em razão disso, sobressai ao texto. Resumidamente, interpretar é decodificar o sentido de um texto por indução.

A interpretação de textos compreende a habilidade de se chegar a conclusões específicas após a leitura de algum tipo de texto, seja ele escrito, oral ou visual.

Grande parte da bagagem interpretativa do leitor é resultado da leitura, integrando um conhecimento que foi sendo assimilado ao longo da vida. Dessa forma, a interpretação de texto é subjetiva, podendo ser diferente entre leitores.

Exemplo de compreensão e interpretação de textos

Para compreender melhor a compreensão e interpretação de textos, analise a questão abaixo, que aborda os dois conceitos em um texto misto (verbal e visual):

FGV > SEDUC/PE > Agente de Apoio ao Desenvolvimento Escolar Especial > 2015

Português > Compreensão e interpretação de textos

A imagem a seguir ilustra uma campanha pela inclusão social.



“A Constituição garante o direito à educação para todos e a inclusão surge para garantir esse direito também aos alunos com deficiências de toda ordem, permanentes ou temporárias, mais ou menos severas.”



Raciocínio Lógico

Raciocínio lógico é o modo de pensamento que elenca hipóteses, a partir delas, é possível relacionar resultados, obter conclusões e, por fim, chegar a um resultado final.

Mas nem todo caminho é certo, sendo assim, certas estruturas foram organizadas de modo a analisar a estrutura da lógica, para poder justamente determinar um modo, para que o caminho traçado não seja o errado. Veremos que há diversas estruturas para isso, que se organizam de maneira matemática.

A estrutura mais importante são as **proposições**.

Proposição: declaração ou sentença, que pode ser verdadeira ou falsa.

Ex.: Carlos é professor.

As proposições podem assumir dois aspectos, verdadeiro ou falso. No exemplo acima, caso Carlos seja professor, a proposição é verdadeira. Se fosse ao contrário, ela seria falsa.

Importante notar que a proposição deve *afirmar* algo, acompanhado de um verbo (*é, fez, não notou* e etc). Caso a nossa frase seja “Brasil e Argentina”, nada está sendo afirmado, logo, a frase **não é uma proposição**.

Há também o caso de certas frases que *podem ser ou não* proposições, dependendo do contexto. A frase “ $N > 3$ ” só pode ser classificada como verdadeira ou falsa caso tenhamos algumas informações sobre N , caso contrário, nada pode ser afirmado. Nestes casos, chamamos estas frases de *sentenças abertas*, devido ao seu caráter imperativo.

O processo matemático em volta do raciocínio lógico nos permite deduzir diversas relações entre declarações, assim, iremos utilizar alguns símbolos e letras de forma a exprimir estes encadeamentos.

As proposições podem ser substituídas por letras minúsculas (p.ex.: a, b, p, q, \dots)

Seja a proposição p : Carlos é professor

Uma outra proposição q : A moeda do Brasil é o Real

É importante lembrar que nosso intuito aqui é ver se a proposição se classifica como verdadeira ou falsa.

Podemos obter novas proposições relacionando-as entre si. Por exemplo, podemos juntar as proposições p e q acima obtendo uma única proposição “Carlos é professor e a moeda do Brasil é o Real”.

Nos próximos exemplos, veremos como relacionar uma ou mais proposições através de conectivos.

Existem cinco conectivos fundamentais, são eles:

\wedge : e (aditivo) conjunção

Posso escrever “Carlos é professor e a moeda do Brasil é o Real”, posso escrever $p \wedge q$.

\vee : ou (um *ou* outro) ou disjunção

$p \vee q$: Carlos é professor ou a moeda do Brasil é o Real

$\dot{\vee}$: “ou” exclusivo (este ou aquele, mas não ambos) ou disjunção exclusiva (repare o ponto acima do conectivo).

$p \dot{\vee} q$: Ou Carlos é professor ou a moeda do Brasil é o Real (mas nunca ambos)

\neg ou \sim : negação

$\sim p$: Carlos não é professor

\rightarrow : implicação ou condicional (se... então...)

$p \rightarrow q$: Se Carlos é professor, então a moeda do Brasil é o Real

**LEI Nº 8.112, DE 11 DE DEZEMBRO DE 1990**

Dispõe sobre o regime jurídico dos servidores públicos civis da União, das autarquias e das fundações públicas federais.

PUBLICAÇÃO CONSOLIDADA DA LEI Nº 8.112, DE 11 DE DEZEMBRO DE 1990, DETERMINADA PELO ART. 13 DA LEI Nº 9.527, DE 10 DE DEZEMBRO DE 1997.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

TÍTULO I**CAPÍTULO ÚNICO****DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES**

Art. 1º Esta Lei institui o Regime Jurídico dos Servidores Públicos Civis da União, das autarquias, inclusive as em regime especial, e das fundações públicas federais.

Art. 2º Para os efeitos desta Lei, servidor é a pessoa legalmente investida em cargo público.

Art. 3º Cargo público é o conjunto de atribuições e responsabilidades previstas na estrutura organizacional que devem ser cometidas a um servidor.

Parágrafo único. Os cargos públicos, acessíveis a todos os brasileiros, são criados por lei, com denominação própria e vencimento pago pelos cofres públicos, para provimento em caráter efetivo ou em comissão.

Art. 4º É proibida a prestação de serviços gratuitos, salvo os casos previstos em lei.

TÍTULO II**DO PROVIMENTO, VACÂNCIA, REMOÇÃO, REDISTRIBUIÇÃO E SUBSTITUIÇÃO****CAPÍTULO I****DO PROVIMENTO****SEÇÃO I****DISPOSIÇÕES GERAIS**

Art. 5º São requisitos básicos para investidura em cargo público:

- I - a nacionalidade brasileira;
- II - o gozo dos direitos políticos;
- III - a quitação com as obrigações militares e eleitorais;
- IV - o nível de escolaridade exigido para o exercício do cargo;
- V - a idade mínima de dezoito anos;
- VI - aptidão física e mental.

§1º As atribuições do cargo podem justificar a exigência de outros requisitos estabelecidos em lei.



Conhecimentos acerca do Distrito Federal e da Política para Mulheres

Visão histórica

A capital do Brasil foi primeiramente Salvador, depois se tornou o Rio de Janeiro e atualmente é Brasília no planalto central. A ideia de levar a capital para o planalto central, porém ocorreu bem antes da fundação de Brasília. Abaixo relatamos um quadro histórico sobre os fatos relevantes.

1761	Marques de Pombal menciona levar a capital para interior do país usando como justificativa a segurança nacional, visto ficar interiorizada longe da costa marítima.
1789	Na inconfidência mineira manifestou-se o desejo de interiorizar a capital levando-a para a cidade de Ouro Preto.
1823	Foi criado o congresso nacional. O deputado José de Bonifácio defendia veementemente a interiorização da capital. Neste mesmo ano José Bonifácio propõe o nome de “Brasília” para a nova capital.
1891	Foi promulgada a 1ª constituição republicana. Esta constituição determinou a transferência, a demarcação e reserva de uma área de 14.400 Km ² no planalto central para a fixação da capital do Brasil, oficializando assim a construção de Brasília.
1882	Foi encaminhada para o Planalto Central a Missão Crul que era uma missão exploradora do planalto central do Brasil com o objetivo de fazer um estudo técnico. A missão Crul estudou e demarcou a área para a futura construção da capital.
1922	Pedra Fundamental (Simplesmente um símbolo para anunciar que será construída a capital).
1946	Foi encaminhada outra missão exploradora denominada Missão Poli Coelho para atualizar os dados, visto que 1ª missão foi no século passado.
1956 - 1960	No governo do presidente JK a capital é transferida após sua construção parcial.

Fatos relevantes sobre JK referentes a construção da capital

1954 — Morte de Getúlio Vargas

1955 — Eleição de Juscelino Kubitschek (JK)

Após ser eleito JK aplicou o seu plano político que continha dois pilares, conforme a imagem abaixo:

PLANO POLÍTICO DE JUSCELINO KUBITSCHKEK (JK)	
PILAR POLÍTICO	PILAR ECONÔMICO
DEFENDER A CONSTITUIÇÃO	LEMA PARA DESENVOLVIMENTO: 50 ANOS EM 5
DEFENDER A DEMOCRACIA	PLANO DE 30 METAS PARA O DESENVOLVIMENTO
	LANÇAMENTO DA META SÍNTESE (CÔNSTRUÇÃO DE BRASÍLIA)

Dentro deste contexto foi lançada então a **Meta Síntese** que tratava da construção e transferência da capital para a Brasília.



Conhecimentos Específicos

O Assistente Social é um profissional essencial na promoção de justiça social, cidadania e na garantia de direitos. Para cumprir esse papel, é necessário que ele compreenda profundamente a realidade em que atua, o que exige um instrumental de pesquisa robusto e eficaz. Nesse contexto, o conhecimento e a aplicação de métodos de investigação social são cruciais para a elaboração de diagnósticos, projetos e programas sociais. O uso adequado dessas ferramentas permite que o Assistente Social não apenas compreenda os problemas sociais, mas também proponha soluções concretas e eficazes para enfrentá-los.

A pesquisa social é um componente central da atuação do Assistente Social, pois permite que ele investigue realidades complexas e dinâmicas. A partir da coleta de dados e da análise desses dados, o profissional pode embasar suas intervenções em evidências sólidas, o que aumenta a eficiência e a precisão das suas ações. O instrumental de pesquisa, composto por métodos qualitativos e quantitativos, é o conjunto de ferramentas que possibilita essa investigação detalhada. Enquanto os métodos qualitativos buscam entender as nuances das interações sociais, os métodos quantitativos são focados em mensurar fenômenos e identificar padrões a partir de dados numéricos.

Além disso, a capacidade de elaborar projetos e programas sociais é um diferencial importante para o Assistente Social. Esses projetos são desenhados para enfrentar problemas sociais específicos e visam transformar realidades a partir de ações estruturadas. O sucesso na formulação e implementação dessas iniciativas depende diretamente do uso adequado de técnicas de pesquisa, pois é a partir de diagnósticos precisos que se identificam as necessidades reais de uma comunidade, permitindo que o projeto ou programa tenha maior impacto social.

Assim, o domínio de métodos e técnicas de pesquisa, tanto qualitativas quanto quantitativas, torna-se indispensável para o Assistente Social. Esse conhecimento instrumentaliza o profissional não só para compreender os fenômenos sociais com profundidade, mas também para propor intervenções concretas e mensuráveis.

— Elaboração de Projetos e Programas Sociais

A elaboração de projetos e programas sociais é uma das principais atividades do Assistente Social, pois esses instrumentos viabilizam intervenções planejadas e estruturadas para enfrentar questões sociais complexas. Projetos sociais são iniciativas que visam atender demandas específicas de uma determinada população, geralmente por meio de ações pontuais e de curta ou média duração. Já os programas sociais são intervenções mais amplas e contínuas, que buscam resolver problemas estruturais e têm um impacto mais duradouro. Ambos os instrumentos são fundamentais para a prática do Assistente Social, pois orientam a execução de ações baseadas em diagnósticos precisos da realidade.

Etapas da Elaboração de Projetos Sociais

A elaboração de projetos sociais segue um conjunto de etapas que garantem a eficácia e a coerência das ações propostas. São elas:

– Diagnóstico Social:

O primeiro passo para a elaboração de um projeto é a realização de um diagnóstico social. Nessa fase, o Assistente Social coleta informações detalhadas sobre a realidade que será objeto de intervenção. O diagnóstico pode ser realizado por meio de entrevistas, visitas de campo, análise de dados secundários, entre outros métodos. A precisão e profundidade desse diagnóstico são fundamentais para o sucesso do projeto, pois é a partir dele que se identificam as necessidades, as vulnerabilidades e os recursos disponíveis.